

## A boa vontade\*

Allen Wood

Stanford University

### § 1. A boa vontade como boa sem nenhuma restrição

Kant começa a Primeira Seção da *Fundamentação* com uma declaração que é uma das mais memoráveis de todos os seus escritos: “Não há nada em lugar algum, no mundo e até mesmo fora dele, que se possa pensar como sendo irrestritamente bom, a não ser tão-somente uma boa vontade” (Ak 4: 393).<sup>1</sup> Devido à proeminência textual dessa asserção [*claim*], os leitores da *Fundamentação* costumam ler essa obra, assim como outras obras de Kant sobre ética, na suposição de que a verdade dela, e, portanto, a concepção da boa vontade, ocupam, ambas, um lugar fundamental na ética kantiana. Essa suposição, no entanto, torna-se cada vez mais difícil de ser mantida à medida que ganhamos maior familiaridade com os textos de Kant sobre ética e uma melhor compreensão de sua teoria ética.<sup>2</sup> No que concerne ao *conceito* de boa vontade, Kant

---

\* Nota da tradutora (NT): este artigo é uma versão modificada do texto enviado por Allen Wood para ser lido no III Congresso Kant Brasileiro, realizado em Itatiaia, no Rio de Janeiro, em novembro de 2001.

<sup>1</sup> Os textos de Kant serão citados pelo volume: número da página dos *Kant Schriften*, Akademie Ausgabe (Berlin: Walter de Gruyter, 1902-) (abreviada como ‘Ak’). As citações da *Fundamentação da metafísica dos costumes*, [usadas no texto original, em inglês,] foram traduzidas por Allen Wood (New Haven: Yale University Press, 2002). [NT: As citações em português da mesma obra seguiram a tradução de G. A. de Almeida, a ser publicada em breve pela Discurso Editorial. Agradeço ao Prof. Guido Antônio de Almeida não só pela gentileza de disponibilizar a tradução por ele feita, mas também pelas valiosas sugestões que deu para tradução deste artigo. Para a tradução dos demais textos de Kant, assim como os textos dos outros autores citados por Allen Wood, segui, simplesmente, em português, a tradução por ele feita para o inglês].

<sup>2</sup> A explicação correta aqui é de Onora O’Neill: “Não devemos ser enganados pela primeira parte da *Grundlegung* [*Fundamentação*], que dá a entender que Kant toma o conceito de uma boa vontade como o conceito ético fundamental. Isso é feito apenas para mostrar que o conceito de uma boa vontade só pode ser explicado em termos da lei mo-

confessa a intenção de “desenvolvê-lo” (Ak 4: 397) e ele prossegue tematizando conceitos que pensa estarem relacionados com o de boa vontade (o valor moral de uma ação, agir por dever). No entanto, ele nunca faz um relato explícito do que considera ser uma ‘boa vontade’.<sup>3</sup>

Na passagem central da Segunda Seção da *Fundamentação*, na qual Kant formula o princípio de moralidade por ele derivado como um sistema de três fórmulas, ele retorna ao conceito da boa vontade, propondo “terminar agora por onde começamos, a saber, com o conceito de uma vontade incondicionalmente boa”, e declara que o princípio por ele derivado expressa o princípio de tal vontade (Ak 4: 437). Essa observação trata o princípio da moralidade como explicando o conceito de boa vontade, mas ela não trata o conceito de boa vontade como [sendo] fundamental para derivar o princípio procurado na *Fundamentação*. Em outros escritos éticos, a boa vontade é mencionada ocasionalmente, mas Kant enfatiza bem mais outros conceitos: o de imperativo categórico, o de um princípio formal da volição, o de virtude moral, o de dever de ser virtuoso. A boa vontade, ou o seu valor, não é nunca usada como ponto de partida para a derivação ou explicação de alguns desses conceitos, e tentativas de interpretação para apresentar a teoria ética de Kant como se o valor da boa vontade desempenhasse tal papel na teoria, ainda que bastante [fairly] comuns na literatura, levam, ainda assim, a distorções e enganos.

Kant diz que a boa vontade é a única coisa “boa sem restrição” (*ohne Einschränkung*). Com essa expressão ele não quer, obviamente, dizer que ela é a única coisa que é boa, uma vez que ele prossegue listando e classificando *outros* bens cuja bondade não é sem restrição. O que Kant quer dizer é que, considerada em si mesma, a boa vontade é inteiramente boa, não sendo má com respeito a nada. Ele explica esse último ponto, dizendo que a boa vontade é a única coisa boa cuja bondade não é diminuída por sua combinação com qualquer outra coisa – mesmo com todas as coisas más que possam ser encontradas em conjunção com ela.

---

ral.” Onora Nell (O’Neill), *Acting on principle* (New York: Columbia University Press, 1975), p. 101.

<sup>3</sup> Korsgaard diz que o objetivo de Kant nesse ponto é “analisar nossa concepção ordinária de uma boa vontade e chegar a uma formulação do princípio sobre o qual tal vontade atua” (*Creating the kingdom of ends*. New York: Cambridge University Press, 1960. p. 12). A segunda metade dessa frase está correta, mas a primeira não está. Nada que se assemelhe a uma “análise” de nossa concepção ordinária de uma boa vontade tem algum lugar nos textos de Kant.

Uma boa vontade, diz Kant, deixa, muitas vezes, de alcançar os bons fins que almeja. Mas sua bondade própria não é diminuída por esse fracasso, ou mesmo pelos maus resultados que possam se originar dele (contrários às suas volições). Mesmo que a boa vontade não alcance nada de bom – mesmo que ela esteja combinada com toda sorte de outros males – “ela brilharia por si mesma como algo que tem seu pleno valor si mesmo” (Ak 4: 394). Kant não diz se, no final das contas, deveríamos preferir a combinação de uma boa vontade com más consequências, ou outros males à combinação de uma má vontade com bons resultados. Mas ele, de fato, pensa que a bondade da boa vontade ela mesma não fica diminuída por tais combinações, enquanto que a bondade de todos os outros bens (talentos do espírito, qualidades de temperamento desejadas, poder, riqueza, honra, saúde, até mesmo felicidade) fica muito diminuída (e mesmo transformada de bem em mal) quando esses bens são combinadas com uma vontade que não é boa (Ak 4: 393-394). Portanto, enquanto outros bens são restritos em sua bondade, por sua combinação com coisas más, a bondade da boa vontade é a única dentre os bens, naquilo em que ela não perde seu brilho em tais combinações.

## § 2. A boa vontade e o agir por dever

A derivação kantiana do princípio da moralidade pode começar retoricamente com a boa vontade, mas, ainda assim, ela não prossegue com nenhuma reivindicação concernente à boa vontade. Em vez disso, a derivação começa com o conceito de *dever* (ou de *agir por dever*), o qual Kant não equipara ao de boa vontade.<sup>4</sup> Em vez disso, ele diz que [o

---

<sup>4</sup> “O único motivo da boa vontade é fazer o seu dever por fazer o próprio dever. O que ela tiver intenção de fazer é tencionado porque este é seu dever”, Alasdair MacIntyre, *A short history of ethics* (Notre Dame, Ind.: Notre Dame University Press, 1997), p. 192. A mesma ideia é expressa por leitores que são bem mais simpáticos a Kant do que MacIntyre. “A chave para a boa vontade deve ser encontrada no exame do motivo que alguém tem ao realizar uma ação por dever em nome do dever”, Barbara Herman, *The practice of moral judgment* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1993), p. 3. Herman parece estar considerando aqui, sem mais, como equivalentes uma boa vontade e uma vontade que age por dever. “Uma boa vontade”, diz Korsgaard, “é facilmente distinguível de uma que age em função de uma inclinação indireta. O difícil é distinguir uma boa vontade de uma vontade que tem uma ‘inclinação direta’ para fazer alguma coisa que acontece ser correta” (*Creating the kingdom of ends*, pp. 12-13). Essa observação parece tomar como certo um corolário da equivalência da boa vontade com a ação por dever: a saber, que uma ação que age tanto por uma inclinação direta ou indireta não apenas realiza atos que são (como diz Kant) sem valor moral, mas também que nunca poderiam ser atos de uma boa vontade. Mas, Kant não diz nenhuma dessas coisas, e abaixo veremos as boas razões para duvidar de que essa seja sua posição. Repare (compare) nesta

conceito do dever] “contém o de uma boa vontade, muito embora sob certas restrições e obstáculos subjetivos, os quais, porém, longe de ocultá-lo e de torná-lo irreconhecível, antes, pelo contrário, fazem com que se destaque por contraste e se mostre numa luz tanto mais clara” (Ak 4: 397).

Em outras palavras, no início da *Fundamentação*, Kant começa com a bondade irrestrita da boa vontade, mas imediatamente reduz o enfoque da boa vontade em geral para os casos nos quais a boa vontade deve lutar com incentivos contrários, ou com um temperamento não disposto a fazer o bem e realizar a boa ação, apenas em função do pensamento de que o dever o exige. Kant faz isso porque espera que aqueles casos [possam] despertar em seus leitores mais estima pela boa vontade do que os casos menos heroicos nos quais a boa vontade encontra-se em harmonia com suas circunstâncias e não precisa lutar contra nenhum obstáculo moral interno.

**A estima kantiana pelas ações realizadas por dever.** A expectativa de Kant nesses casos, muitas vezes, não é satisfeita, porque o juízo

---

observação: “Uma boa vontade é completamente diferente, quanto à espécie, dos sentimentos familiares de simpatia, piedade, amor e de desejo de partilhar como os outros”. Thomas Hill, *Dignity and practical reason* (Ithaca: Cornell University Press, 1992), p. 69. Veremos que isso é correto na medida em que o que ele diz é que uma boa vontade não é o mesmo que esses sentimentos e desejos. Mas, seria incorreto se quisesse dizer que, para Kant, o querer motivado por tais sentimentos e desejos não poderia nunca constituir uma boa vontade [*a good willing*]. Hill também diz o seguinte: “Ter [uma atitude moralmente boa] é ter uma boa vontade, que é uma disposição para fazer o próprio dever sem incentivos de recompensa ou de punição [*from the carrot and the stick*]”. *Dignity and practical reason*, p. 189. Isso também é correto porque (como veremos abaixo), uma boa vontade é um querer [fundado] em princípios ordenados pela lei moral, e seguir perfeitamente tais princípios leva a que se faça o seu dever sem a promessa de recompensas ou ameaça de punições. Mas seria incorreto atribuir a Kant a ideia de que não haveria bondade da vontade, se, numa dada ocasião, a intenção de alguém fosse formada de acordo com princípios exigidos pela lei, porque se foi motivado a se fazer o que se fez por algum incentivo que não fosse moral (tal como solidariedade, amor à honra ou mesmo auto-interesse). O embargo [*caveat*] kantiano correto, em tal caso, é o de que a boa vontade do agente é “contingente e precária” porque ela não agiu em virtude da lei (Ak 4: 390), mas não que sua vontade não seja boa. Onora O’Neill em *Constructions of reason* (Cambridge: Cambridge University Press, 1989), p. 141. Essa afirmação reconhece (pelo menos tacitamente) a assimetria, e toca no ponto: agir por dever é uma certa espécie de ação com uma boa vontade. É a espécie de boa vontade na qual, a fim de seguir princípios que estejam de acordo com a lei moral, devo coagir minha ação de uma certa maneira, e, portanto, devo agir por um certo motivo, um motivo fornecido pela razão por meio da lei moral. Isso não nega que há também uma espécie de boa vontade na qual tal obrigação, e, portanto, tal motivação, não é necessária.

de valor no qual ela repousa é mais controverso do que ele está disposto a admitir. Este juízo, como notou Schiller, privilegia a ‘dignidade’ heroica da negação de si próprio em detrimento da ‘graça’ da auto-harmonia espontânea entre razão e desejo.<sup>5</sup> Ele exprime a preferência pelo heroísmo de um agente moral imperfeito em detrimento de um estado mais sereno de um agente que está contente e feliz com a boa vontade. Portanto, ele parece mais pressupor, do que provar, a alegação [*contention*] kantiana de que a felicidade é alguma coisa distinta da bondade moral, e de menos valor, e da qual se pode prever que despertará resistência naqueles que não concordam espontaneamente com essa alegação.

Não há dúvida de que estamos certos ao vermos algo de significativo na expressão de Kant por tal preferência, e ao vermos nela alguma coisa que deveria, ao menos, ser questionada tanto no que diz respeito ao seu significado, em relação à visão kantiana da moralidade, quanto no que diz respeito à possibilidade última de sua defesa. Em especial, estaríamos certos ao ver em Kant um filósofo que vê a condição moral humana como um conflito inevitável, envolvendo uma luta problemática contra nossas próprias imperfeições; e, por isso, ele admira aqueles que se empenham num combate heroico contra si próprios, em vez de se entregarem [*dwelling*] à esperança sentimental de evitar o combate, resgatando sua inocência supostamente perdida, ou se elevando acima de seus conflitos internos, por terem atingido um estado mais elevado de harmonia moral.

Isso equivale [*amounts to*] a uma escolha entre duas opções espirituais, presentes no interior da tradição pietista na qual Kant foi criado. Equivale a uma escolha a favor da seriedade moral do pietismo na luta [tanto] contra nosso estado de pecado, quanto contra a visão entusiástica de que uma experiência imaginada de renascimento, por meio da graça divina, poderia nos libertar da necessidade de lutar contra nossa natureza pecaminosa. Mas devemos ver isso ver isso, ao mesmo tempo, como uma expressão da modernidade essencial à perspectiva de Kant. Como Goethe, Kant admitia que o que é grande nos seres humanos é sua aspiração faustiana para superar o mal nascido neles simultânea à sua capacidade racional para lutar contra esse mal. Desse modo, ele rejeitou a concepção existente na ética clássica, segundo a qual a vocação moral da razão humana consiste em encontrar felicidade na satisfação num modo de vida predeterminado por nossa natureza para nós. Evidentemente, aqueles que querem defender essas visões alternativas das situações difíceis em que os homens se encontram – seja na forma pagã, na judaico-

---

<sup>5</sup> Friedrich Schiller, *Über Anmut und Würde in der Moral* (1792).

cristã, ou em alguma forma mais moderna – estão corretos ao tomarem o começo da *Fundamentação* como um desafio a ser enfrentado.

É fácil (quase habitual) para os leitores da *Fundamentação*, sejam quais forem suas simpatias, distorcer o que Kant diz nesse ponto. Os defensores de Kant são levados pelo entusiasmo moral e os críticos por uma reação hostil, que os leva a exagerar e demonizar [*demonize*] sua posição. Ambas as paixões levam à mesma interpretação errônea.

**Agir por dever é agir por autocoerção.** Em sua forma mais simples, essa interpretação errônea *identifica* imediatamente a boa vontade com a vontade que “age por dever” no sentido descrito nos exemplos: uma verdadeira boa vontade age apenas por dever e só uma vontade que age por dever é uma boa vontade. No entanto, Kant torna logo essa interpretação duvidosa, ao dizer que o conceito de dever “contém” o de boa vontade, mas sob certas restrições; pois dizer isso leva-nos a atribuir ao conceito de “boa vontade” uma extensão *maior* do que aquele de uma vontade que age por dever. Obviamente Kant consideraria uma possível vontade divina como sendo boa, mas ele considera o conceito mesmo de dever como não podendo ser aplicado a Deus, portanto, a vontade divina *nunca* poderia agir por dever. Do mesmo modo, no entanto, uma vontade humana poderia ser boa, mas [poderia] agir sob circunstâncias nas quais nenhum dever se aplicaria a ela, ou nas quais ela não necessitaria agir sob coerção do dever para agir como a moralidade exige.

Alguns intérpretes estão conscientes de (e mesmo enfatizam) que o conceito de agir por dever é mais restrito do que o de boa vontade (uma subespécie dele). Mas pensam que a única outra subespécie é a vontade sagrada (como a vontade divina), uma vontade que *nunca* tem obstáculos a superar para agir de acordo com os princípios corretos.<sup>6</sup> Kant sustenta que faz parte de uma propensão específica da vontade humana a resistência de nossas inclinações à lei moral, e infere que a bondade da vontade para nós deve, *com frequência*, tomar a forma do agir por dever e que o motivo do dever é, portanto, uma parte proeminente e importante da vida moral. Ele enfatiza, frequentemente, que agir por dever não é alguma coisa que pertença à vida de apenas alguns agentes morais, e rejeita, especialmente, a visão “entusiástica” segundo a qual a virtude verdadeira consistiria em nunca precisar de autocoerção para se fazer o próprio dever (ver Ak 5: 71-89). No entanto, a questão é se Kant também

---

<sup>6</sup> Um exemplo influente e proeminente dessa interpretação é H. J. Paton, *The categorical imperative* (New York: Harper and Row, 1967), pp. 46-57.

sustenta que *em todos os casos* a boa vontade deve *necessariamente* tomar a forma do agir por dever.

Uma asserção [*claim*] importante da Primeira Seção da *Fundamentação* é a de que “o *dever* é a *necessidade de uma ação por respeito à lei*” (Ak 4: 400). Com isso Kant quer dizer que agir por dever é coagir-se a si mesmo, por meio da razão, a agir como alguém age, quando o fundamento dessa autocoerção é o respeito que se tem pelo valor objetivo representado pela lei moral. Essa asserção é importante porque ela é o fundamento imediato da derivação kantiana da fórmula da lei universal, na Primeira Seção da *Fundamentação*. A asserção liga, portanto, a estima especial, que se espera que tenhamos pelas ações feitas por dever, a um modo particular de agir que envolve a valorização do acordo universal com a lei pela própria lei. Esse modo de agir é aquele por meio do qual nos coagimos, racionalmente, a fazer alguma coisa porque vemos a ação como uma exigência da lei universal.

Mas, se agir *por dever* significa agir *por autocoerção moral*, devemos, então, rejeitar aquelas interpretações da frase ‘agir por dever’, as quais admitem que alguém esteja agindo por dever sempre que acreditar que seja seu dever agir daquele modo e teria agido desse modo mesmo que essa ação não estivesse de acordo com suas inclinações; pois essa interpretação possibilitaria que alguém agisse por dever, mesmo que nenhuma autocoerção se fizesse necessária para cumprir seu dever. Tal interpretação de ‘agir por dever’ torna mais fácil alegar [*to claim*] (o que Kant nunca alega) que uma boa vontade sempre age por dever, mas torna mais difícil entender não apenas seu argumento na Primeira Seção, mas também os comentários que faz de seus próprios exemplos.

Se essa interpretação estivesse correta, seria, então, crucial, para a alegação kantiana, de que o comerciante honesto e o homem solidário [*sympathetic*]<sup>7</sup> não agem por dever, que eles não teriam agido como agiram se seus interesses e inclinações fossem outros. Kant, porém, nunca diz nada disso, nem dá nenhuma indicação de que ele considera o que esses agentes *teriam feito*, em circunstâncias contrafactuais, como relevante para a questão se eles, nesse caso, estão agindo por dever. Pelo contrário, sua intenção, ao apresentar exemplos de ações por dever, como casos nos quais a bondade da vontade brilha de um modo especialmente luminoso, sugere que agir por dever diz respeito ao ato heroico de

---

<sup>7</sup> NT: em sua tradução da *Fundamentação da metafísica dos costumes*, Guido A. de Almeida traduz “*Teilnehmung*” por “solidariedade” que corresponde à “*sympathy*”, em inglês. Traduza, então, “*sympathetic*” por solidário, seguindo a tradução da *Fundamentação* por ele feita.

autocoerção moral, necessário para resgatar a ação segundo o dever [*dutiful*], exatamente nesses casos, e não a uma disposição geral do agente a qual faria diferença apenas em casos contra-factuais.

**A interpretação rigorosa.** A outra, e única, maneira de manter a posição kantiana, segundo a qual uma boa vontade age necessariamente por dever, é interpretar [*read*] a *psicologia moral e teoria dos deveres* de Kant de um modo que chamarei de “interpretação rigorosa”. Suponhamos que Kant defenda que toda vontade humana é tal que ela se confronte, a cada momento, com a possibilidade, tanto de agir erradamente, ao que ela deve resistir apenas por meio da coerção racional, sem nenhuma esperança de qualquer ajuda de nossos desejos ou inclinações naturais; quanto de, pelo menos, se deparar sempre com a possibilidade de ser motivada, em seus atos, por incentivos que não apenas não são morais, mas *contrários à moralidade*, de tal modo que agir em função desses incentivos não seja nunca compatível com uma boa vontade. Nesse caso, a fim de se ter uma boa vontade, é preciso, em cada caso, resistir à tentação de agir erradamente ou, pelo menos, à tentação de agir em função de um incentivo em função do qual é sempre moralmente errado agir [*wicked to act*], e a única maneira de evitar essas alternativas moralmente erradas seria agir por dever.

Evidentemente, a interpretação rigorosa não se segue apenas do pensamento de que somos seres finitos e imperfeitos, para os quais, ao pretenderem ter uma vida de bem, se apresentam, *com frequência*, tentações para transgredir a lei, e, dos quais, portanto, nunca se pode esperar que se ergam acima das necessidades e se fortaleçam a si mesmos motivados pelo dever. Vale notar, além disso, que a interpretação rigorosa não gira em torno do que Kant pensa sobre a boa vontade, mas, em vez disso, em torno de suas supostas concepções sobre outros assuntos, tais como a psicologia da motivação humana e o alcance [*scope*] de nossos deveres morais. As concepções atribuídas a Kant, pela interpretação rigorosa, sobre esses outros assuntos, são extremas (a ponto, penso, de serem quase caricaturais). Elas também contradizem o que ele diz explicitamente sobre esses assuntos.

Ao tratar de ações realizadas por dever, Kant diz: “a vontade está bem no meio, entre seu princípio *a priori*, que é formal, e sua mola propulsora *a posteriori*, que é material” (Ak 4: 400). A interpretação rigorosa tem de tomar Kant dizendo que a vontade está *sempre* nessa encruzilhada – que em *cada* decisão que enfrenta, uma opção envolve uma violação direta do dever e que sucumbir a algum motivo diferente daquele do dever envolve *sempre* um mergulho impetuoso no mal moral. Se re-



fletirmos, penso que devemos admitir que, se essas doutrinas extremas sobre o dever e sobre a motivação estivessem corretas, então, seria altamente plausível alegar que só agimos com boa vontade quando agimos por dever e que todas as vezes que agimos por qualquer outro motivo, que não seja por dever, agimos com uma vontade má. Mas essas doutrinas são, elas próprias, altamente implausíveis para dar conta de nossa condição moral, e é apenas essa implausibilidade que estamos assinalando [*registering*] quando resistimos à suposta afirmação de Kant de que temos uma vontade má sempre que não agimos por dever. A proposição de que uma boa vontade age apenas por dever nos diria muito menos sobre a natureza de uma boa vontade do que poderíamos esperar.

A interpretação rigorosa, apesar de sua inerente implausibilidade, torna-se mais tentadora se pensarmos que o conceito da boa vontade é central para a teoria ética kantiana, e que, portanto, o que Kant diz nas páginas iniciais da *Fundamentação* deve ser tomado como uma apresentação [*presentation*] daquele conceito. Ou, contrapositivamente [*contrapositively*], se a interpretação rigorosa é insustentável, torna-se, então, mais difícil encarar o que Kant diz nessas páginas como algo que se pareça com uma explicação [*account*] completa da boa vontade.

Mais ainda, a interpretação rigorosa exige que atribuamos a Kant a tese de que a vontade está sempre diante de uma escolha entre o dever e a violação do dever, de tal modo que ela só pode ser boa quando se obriga a seguir o dever e a agir por dever. Mas essa é uma tese que Kant repudia explicitamente na *Metafísica dos costumes*, sob o título pejorativo de “virtude fantástica”, “que [diz ele], se fosse admitida na doutrina da virtude, transformaria o governo da virtude em tirania” (Ak 6: 409).<sup>8</sup> Kant sustenta, também, que temos um *dever* de cultivar certas inclinações (tais como amor e solidariedade [*sympathy*]) exatamente *porque* elas tendem a nos prover de incentivos para fazer nossos deveres além do motivo do dever (Ak 6: 402, 456-457). Ele pensa que a melhor coisa sobre a religião cristã é o fato de ela cultivar as inclinações empíricas do amor que nos ajudam a fazer nosso dever (Ak 8: 338-339). Kant dificilmente poderia dizer tais coisas, se ele pensasse que cada ato motivado pelo desejo empírico devesse expressar uma vontade má. Assim, não importa que apelo a interpretação rigorosa possa ter, ela não parece resultar numa doutrina que possa, com segurança, ser atribuída a Kant.<sup>9</sup>

<sup>8</sup> NT: A *Metafísica dos costumes* foi traduzida para a língua portuguesa por Edson Bini, para a Edipro, 2003.

<sup>9</sup> Alguns podem pensar que a interpretação rigorosa é mantida pela insistência de Kant (na *Crítica da razão prática*, Ak 5: 82-85, por exemplo) para nunca nos vangloriarmos

**A “tese da incorporação”.** Na *Religião*, Kant diz que a vontade “não pode ser determinada a agir por meio de nenhum incentivo a não ser que aquele que o ser humano tenha introduzido em sua máxima (tenha feito dele uma regra universal para ele próprio, de acordo com a qual ele orientará sua conduta)” (Ak 6: 24). A doutrina apresentada nessa passagem é, algumas vezes, chamada de “tese da incorporação”. Esse nome foi-lhe dado por Henry Allison em *Kant’s theory of freedom* (New York: Cambridge University Press, 1990, pp. 5-6). Tomo a passagem citada como significando que uma inclinação para sermos solidários, por exemplo, pode nos motivar a adotar uma máxima (tal como a máxima para ajudar os outros quando estão necessitados) e segui-la numa ocasião particular. Mas Allison interpreta a passagem de um modo tal que ela exige que neguemos que uma e mesma máxima possa ser adotada a partir de dois incentivos diferentes. Por exemplo, de acordo com Allison, interpretar a mesma máxima de ajuda àqueles necessitados só poderia ser adotada ou por sentimento de solidariedade [*sympathetic*] ou porque ajudar está de acordo com as leis do dever. Entendida da maneira mais extrema com faz Allison, a “tese da incorporação” parece nos comprometer com a interpretação rigorosa; pois ela parece dizer que sempre que agimos conforme qualquer incentivo que não seja o do dever, fazemos com que nossa máxima aja sempre de acordo com aquele incentivo – e, portanto, ao agir de acordo com ele, deixamos de dar preferência ao incentivo do dever, sempre que os dois estiverem em conflito. Assim, nossa máxima teria de ser má e contrária à lei moral. (É assim que Allison, pp. 146-152, faz a conexão entre a “tese da incorporação” e a doutrina do mal radical na natureza humana). Todas as razões para rejeitar a interpretação rigorosa, portanto, são também razões para rejeitar a interpretação extrema da “tese da incorporação”.

A maneira mais natural de se entender os vários exemplos kantianos de ações conformes ao dever, mas não por dever, é aquela em que

---

por estarmos numa posição para fazer o bem como “voluntários”, mas que devemos sempre nos ver como estando sujeitos ao rígido mandamento do dever. Mas, o ponto de Kant, nesse caso, é apenas o de que não devemos nunca esperar alcançar tal harmonia perfeita entre nossas inclinações e a lei da razão, [nem] começar a pensar sobre nós mesmos como capazes de abrir mão completamente da autocoerção racional. Ele não está negando (o que concede explicitamente na *Fundamentação*, Ak 4: 390, 398) que possa haver, de modo contingente, uma harmonia entre inclinação e o que o dever obriga; e, ainda que ele negue o valor mais elevado às ações realizadas dessa maneira, ele não nega que, muitas vezes, tais ações são realizadas com boa vontade. [NT: A *Crítica da razão prática* foi traduzida para a língua portuguesa por V. Rohden, para a editora Martins Fontes, 2003].

uma ação segundo o dever [*dutiful*] é realizada de acordo com uma máxima conforme ao dever (por exemplo, a máxima de servir os fregueses honestamente, de preservar minha vida, de ajudar aos outros). Nesse caso, a ação não é realizada por dever, mas a mesma ação segundo o dever poderia, em outras circunstâncias, ser feita por dever. Mas a interpretação rigorosa e a interpretação extrema da “tese da incorporação” nos proibiriam de entender os exemplos desse modo natural; pois elas dizem que uma ação que não foi feita por dever *não poderia* seguir a mesma máxima de uma ação feita por dever. Mais ainda, elas exigem que o único sentido em que ações, que não foram feitas por dever, poderiam estar “conformes ao dever” seria aquele em que a sua execução estivesse *externamente* de acordo com o dever. Externamente elas são *como* as ações segundo o dever [*dutiful*], mas suas *máximas* diferem necessariamente das máximas das ações feitas por dever e, portanto, as máximas tampouco se conformam ao dever. Kant, naturalmente, nunca diz, nem sugere, tais coisas sobre esses exemplos. É certo que Kant não quer dizer (o que uma interpretação extrema da “tese da incorporação” exigiria) que ações benfeitoras, feitas por solidariedade [*sympathy*] (o que ele diz merecer “louvor e encorajamento”), só podem ser executadas em função de *máximas* que são contrárias ao dever (o que poderia fazer delas merecerem antes censura e reprovação). Essa é uma razão a mais para rejeitar a interpretação extrema da “tese da incorporação”.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Numa conversa, Allison se referiu, em favor de sua posição, à “segunda proposição” de Kant, na Primeira Seção da *Fundamentação*: “Uma ação realizada por dever tem seu valor moral *não no intuito* a ser alcançado através dela, mas sim na máxima segundo a qual é decidida” (Ak 4: 399). Se o valor moral de uma ação consiste em sua máxima, argumenta ele, então, o fato de que ela seja feita por dever deve ser uma parte dessa máxima. Mas Kant não diz aqui que o valor moral de *qualquer ação* [*just any action*] resida na máxima de acordo com a qual ela é decidida [*resolved upon*]; ele restringe essa afirmação a ações *feitas por dever*. A restrição seria redundante se ele pensasse que, [pelo fato de] ser feita a partir dessa máxima, [isso] seria, por si só, uma condição suficiente para que a ação tivesse valor moral. Admito que seja possível ler a proposição como contendo essa redundância (e como dizendo o que Allison a interpreta como dizendo), mas me parece mais natural entendê-la como querendo saber, nessa subclasse de ações descritas como tendo valor moral, onde, nelas, se encontra esse valor. A resposta a essa questão é que o valor moral de uma ação feita por dever não é para ser encontrada nas boas consequências almejadas pela ação, mas, antes, no princípio racional da ação segundo o dever [*dutiful*] ele mesmo, o que significa dizer, na máxima que guia o agente na ação. Como veremos mais tarde, a bondade de uma boa vontade consiste na bondade da máxima em função da qual ela age. Assim, a segunda proposição situa o valor moral de uma ação, que tem valor moral, na máxima da ação. Mas isso não leva a que toda ação feita sob essa máxima tenha valor moral, uma vez que o valor moral diz respeito apenas a ações que, além de serem feitas sob uma máxima boa e, portanto, que mostrem uma boa

**A boa vontade não age por dever.** A não ser que algo como a interpretação rigorosa esteja correta, a posição de Kant parece ser aquela segundo a qual uma pessoa com boa vontade realiza, algumas vezes, ações que estão de acordo com o dever, mas que não são feitas por dever. Essas ações, ainda que realizadas por uma boa vontade, *não têm* a “validade moral” que (de acordo com Kant) acompanham apenas ações feitas por dever. Exploremos, portanto, a possibilidade de que seja isso que ele sustenta.

Kant usa o termo ‘dever’ para se referir às ações que acontecem por ‘necessidade’ ou coerção (por respeito à lei moral) (Ak 4: 400). As ações estão ‘conformes ao dever’ [*pflichtmässig*], se elas estão conformes aos princípios racionais em relação aos quais devemos nos coagir a seguir (quer essas ações de fato ocorram ou não por meio de tal coerção). Mas elas são realizadas ‘por dever’ [*aus Pflicht*], se elas forem de fato realizadas por meio de um constrangimento moral interno.<sup>11</sup> Quando o agente tiver incentivos diferentes do incentivo do dever para realizar a ação, que é conforme ao dever, não é necessária nenhuma autocoerção racional e a ação não é (não pode ser) realizada por dever.

É bastante fácil imaginar casos desse tipo nos quais diríamos, intuitivamente, que uma pessoa, que tem uma boa vontade, realiza ações que são *conformes ao dever*, mas não age (ou que na verdade, dada a situação, *não pode agir*) *por dever*. Os exemplos dados por Kant são suficientes aqui: faz parte do auto-interesse do comerciante para manter a reputação de um bom negócio lidar de modo justo com os fregueses e lidar de modo justo é também seu dever. Uma vez que o auto-interesse é um incentivo suficiente para sua conduta honesta, não há necessidade para ele de se autocoagir a comportar-se honestamente e assim sua conduta segundo o dever [*dutiful*] não ocorre por autocoerção, portanto, não [ocorre] *por dever* (Ak 4: 397). Uma pessoa de seu natural solidária [*sympathetically constituted*] tem prazer em fazer os outros felizes; sua conduta generosa é conforme ao dever moral, mas ela não precisa da autocoerção para agir generosamente, de modo que seus atos não são realizados *por dever* (Ak 4: 398). A autopreservação e um olhar prudente

---

vontade, são também feitas por dever – em outras palavras, as ações tais que sua realização envolva uma autocoerção racional, baseada no dever moral.

<sup>11</sup> A coerção pode ser tanto externa, imposta por alguém diferente do agente, tal como o poder da lei civil ou do estado, ou interna, imposta pelas capacidades racionais ou morais próprias do agente. No primeiro caso, o dever é *jurídico*; mas no começo da *Fundamentação*, a coerção de que falamos é interna ou *ética*; é uma autocoerção livre porque o agente submete suas ações a seus próprios princípios morais (Ak 6: 218-220).

para sua própria felicidade frequentemente estão de acordo com o dever, mas porque as pessoas geralmente têm uma inclinação espontânea para tais condutas, suas ações não são realizadas por dever (Ak 4: 397, 399). Em todos esses casos é fácil imaginar uma pessoa com uma boa vontade, que tem esses incentivos não morais [*nonmoral*] e que realiza essas ações segundo o dever [*dutiful*], sem que tenha qualquer necessidade da auto coerção. Segue-se que nem todas as ações realizadas por uma pessoa de boa vontade têm o valor moral especial que pertence apenas às ações feitas por dever.<sup>12</sup>

Com certeza, também não é difícil imaginar uma pessoa com uma má vontade e que tenha, também, os mesmos incentivos e que realize as mesmas ações. Um comerciante astucioso [*scheming*] e basicamente desonesto poderia lidar honestamente com um freguês inexperiente se ele souber que está sob a mira de outras pessoas. E é fácil imaginar uma pessoa completamente malvada preservando sua vida e tendo um olhar prudente para sua própria felicidade. Se parecer ser mais difícil imaginar uma pessoa com uma má vontade agindo por simpatia, imagine que eu seja alguém cuja política seja tratar os outros de um modo que me dê, a cada momento, o maior prazer.<sup>13</sup> Num dia bom, serei amável e generoso;

---

<sup>12</sup> Essa conclusão pode soar [*strike*] a alguns como envolvendo um paradoxo, porque se infere que, se falta a uma ação valor moral, ela deve ser sem valor do ponto de vista da moralidade; mas certamente eles pensam que todo feito realizado por uma boa vontade – que é irrestritamente boa – deve ter *algum* valor do ponto de vista da moralidade. Essa impressão envolve diferentes erros. Primeiro, nem toda ação feita por uma pessoa que tenha uma boa vontade irá manifestar essa boa vontade. Esse ponto está relacionado a um que será discutido mais tarde, a saber, o de que, por uma “boa vontade”, Kant não está se referindo a um certo tipo de pessoa ou a um ideal pessoal, mas, antes, a um certo modo de agir como ser volitivo, que mesmo a melhor pessoa só manifesta apenas algumas vezes. Mas, [e em] segundo [lugar], mesmo atos que manifestem uma boa vontade podem não possuir o “valor moral” especial ao qual Kant está se referindo nas páginas iniciais da *Fundamentação*. Toda ação conforme ao dever tem, obviamente, nessa medida, algum valor ou valor do ponto de vista da moralidade, mesmo que não seja feita por dever. Como diz Kant, tais ações merecem “louvor e incentivo, mas não alta estima” (Ak 4: 398). Kant não nega qualquer valor moral específico, tais como autopreservação por inclinação (Ak 4: 397-398). Mas, de ações beneficentes, feitas por inclinação solidária [*sympathetic*], ele diz que elas não têm valor moral “verdadeiro” ou “autêntico”, em contraste com a beneficência por dever, que manifesta “o valor do caráter, que é [um valor] moral e sem qualquer comparação” (Ak 4: 399). Dizer que à beneficência por solidariedade falta um valor que é “autenticamente moral”, e “o mais elevado sem qualquer comparação”, não é afirmar que tal beneficência não tenha valor de todo de um ponto de vista moral.

<sup>13</sup> Um outro modo de considerar a pessoa que age por solidariedade é [considerá-la] apenas [como] respondendo automaticamente a um impulso, e não agindo, de modo algum, em função de uma máxima. Nesse caso, ela não teria uma boa vontade, uma má

num mau dia, mesquinho e desagradável. O modo pelo qual trato os outros depende de meu estado de espírito, mas o objetivo em cada caso é, no final das contas, apenas ser auto-indulgente com o oscilar dos meus humores. Não tenho, nitidamente, uma boa vontade, mesmo quando sou movido por solidariedade [*sympathy*] em relação às ações que estão de acordo com o dever; pois, como diz Kant, a conformidade delas ao dever parece, então, ser “apenas contingente e precária, porque o fundamento não moral produzirá uma vez ou outra ações legais, mas, mais frequentemente ações contrárias à lei” (Ak 4: 390).

Isso mostra que os exemplos kantianos de ações conformes ao dever, mas não por dever, não são dados para exemplificar quer uma boa vontade quer uma ausência de boa vontade. Em vez disso, eles são dados para serem contrastados com casos que representam certa subclasse de ações feitas com uma boa vontade, a saber, aquelas em que a ação é feita por dever. Nessas ações, a boa vontade é “destacada por contraste” e, portanto, “se mostra numa luz tanto mais clara” (Ak 4: 397). O destaque [*elevation*] dado a elas não é apenas em relação às ações feitas por uma vontade má, mas também em relação a algumas ações feitas com uma boa vontade, mas não feitas sob circunstâncias tais que despertem nossa *estima especial* pelo agente (ou pela boa vontade do agente).

**O “motivo verdadeiro”.** Existe um sentido inteiramente correto no qual, ao dizermos que alguém age “por dever” ou “por solidariedade [*sympathy*]”, estamos especulando sobre o “verdadeiro motivo” desse alguém nos casos em que ele tenha mais de um incentivo para realizar a mesma ação. Leitores da *Fundamentação* tomam, com frequência, como certo [*take for granted*], que este é o sentido que Kant dá à frase “por dever”, em suas páginas de iniciais, e, assim, pensam que o ponto da discussão tem de ser o de nos dizer como Kant pensa que devemos julgar qual é o “verdadeiro motivo” e de como devemos avaliar [*evaluate*] uma pessoa, ou ação, nos casos em que elas pudessem ter realizado uma ação segundo o dever [*dutiful*] tanto “por dever” quanto por qualquer outro motivo. Mas, de fato, Kant não toma, nas páginas iniciais da *Fundamentação*, nenhuma posição a respeito de tais questões, e nem mesmo está

---

vontade ou mesmo uma vontade indiferente, pois (como veremos no § 3), querer é governar sua própria ação por princípios e políticas determinadas, e uma pessoa que apenas responde a um impulso, emoção [*feeling*] ou sentimento não tem querer de todo. Há teorias da ação que tentam reduzir todas as ações a alguma resposta física ou mental, a um impulso ou sentimento. Para Kant, tais teorias levam a negar, em nós, a inteira capacidade do que ele chama de “volição” e a ver como fundamental separar as ações de um ser racional daquelas de um comportamento mecânico de um ser não racional.

interessado nelas. Por essa razão, as pessoas incorrem em erro ao construírem interpretações a respeito da argumentação kantiana naquilo que supõem ser sua visão de uma “motivação sobredeterminada”.

No contexto das páginas iniciais da Primeira Seção, dizer que uma ação é feita *por dever* não é especificar seu “verdadeiro motivo”, caso haja mais de um incentivo possível para realizá-la. É, antes, dizer que a ação só *poderia ter acontecido* por meio da autocoerção racional e isso *pressupõe* que, nessas circunstâncias, não houve outro incentivo a não ser o dever, que foi suficiente para motivar a ação. Assim, os casos de agir por dever (no sentido kantiano) não podem *nunca* ser casos de “sobredeterminação motivacional”.

Por tudo o que Kant diz, pode haver comerciantes de boa vontade, prudentes e pessoas de boa vontade, compassivas por temperamento, para as quais incentivos não morais [*nonmoral*] tornam a autocoerção desnecessária, mas cujo “verdadeiro motivo” para ajudar e para lidar honestamente com os outros é mais o dever do que a solidariedade [*sympathy*]. Do mesmo modo, pode haver comerciantes que agem honestamente e pessoas que agem com beneficência, que não precisam coagir a si mesmas para serem honestas ou beneficentes, porque suas ações são motivadas por prudência e solidariedade [*sympathy*], mas que, ainda assim, *agiriam*, honestamente e com beneficência, por dever, se esses outros incentivos não estivessem presentes. De fato, por tudo o que Kant diz, o comerciante honesto e o filantropo simpático, com os quais ele lida na *Fundamentação*, poderiam ser essas pessoas. Ainda assim, esses são exatamente seus exemplos, nos casos por ele tratados, de pessoas que *não* estão agindo “por dever”.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Tampouco Kant está preocupado aqui com a questão “como sabemos” o que “na verdade motiva” uma pessoa a realizar uma ação que está em conformidade com o dever. Mais tarde, na *Fundamentação*, numa outra conexão, ele revela uma posição bastante cética a respeito de tais questões, mesmo no que diz respeito a nós mesmos: “às vezes ... por mais severo que seja o auto-exame, não encontramos absolutamente nada, além da razão moral do dever, que pudesse ter sido suficientemente forte para mover-nos a esta ou àquela boa ação e a tão grande sacrifício; mas daí não se pode, de modo algum, inferir, com segurança, que absolutamente nenhuma impulsão secreta do amor-de-si tenha sido na realidade, sob mera simulação daquela ideia, a verdadeira causa determinante da vontade” (Ak 4: 407). Nas páginas iniciais da *Fundamentação*, no entanto, Kant se satisfaz em apenas propor [*stipulate*] seus vários exemplos nos quais incentivos estão ou não presentes, de modo a despertar nossas reações morais em relação aos exemplos assim descritos. Ele está completamente desinteressado de como, ou mesmo se, podemos obter a informação proposta sobre os incentivos que estão presentes no agente. E entendemos erradamente o que ele quer dizer com “agir por dever”, se pensamos ser mesmo possível “agir por dever” num caso em que existem incentivos não morais [*nonmoral*] para nosso dever.

Podemos ver claramente por que Kant não está interessado em dar uma explicação completa sobre a boa vontade, se levamos novamente em consideração seus objetivos e estratégia na Primeira Seção da *Fundamentação*. O objetivo de Kant é derivar uma formulação da lei moral. Para fazer isso, ele emprega o conceito de agir por dever, que justifica como “a necessidade por respeito à lei (como tal)” (Ak 4: 400). Sua fórmula é, então, elaborada para exprimir um princípio cujo conteúdo é apenas o respeito à lei enquanto tal. Para alcançar seu objetivo, Kant não precisa de uma explicação completa sobre a boa vontade (vista como o único bem concebível sem restrição), mas apenas de uma explicação de um caso especial da boa vontade – o caso do agir por dever. Kant está tanto mais [*all the more*] confiante de que não está sacrificando nada, ao restringir a atenção a esse caso, porque ele está certo de que esse é o caso no qual a bondade da boa vontade brilha com mais intensidade [*shines forth most brightly*].

### § 3. O que é a boa vontade?

Ainda que não encontremos (e não devemos esperar encontrar) nos textos de Kant qualquer esclarecimento [*explicit account*] do que seja a boa vontade, valeria a pena tentar dar um esclarecimento sobre ela, pelo menos para melhor compreender e avaliar [*assess*] a verdade da asserção [*claim*] mais famosa de Kant de que a boa vontade é a única coisa concebível que é boa sem restrição.

**A vontade e o querer.** A primeira coisa para a qual temos de nos voltar, ao fazermos tal tentativa, é para o sentido kantiano de “vontade”. Há uma forte tentação de compreender afirmações sobre a boa vontade como afirmações sobre um certo tipo de *pessoa* (a pessoa que *tem* tal vontade). Parece, então, que não há mal algum em identificar a boa vontade apenas com a coleção de qualidades moralmente boas que pertencem a tal pessoa (por exemplo, com as boas *virtudes morais* da pessoa). A asserção [*claim*] de que uma boa vontade é o único bem sem restrição deve, então, ser naturalmente tomada como enaltecendo um certo tipo de *caráter* moral ou como uma afirmação [*assertion*] de um certo tipo ideal de moral – da melhor espécie que, de fato, pensamos poder existir.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> “Kant começa [a *Fundamentação*] com o juízo [*judgment*] das pessoas comuns de que nada é superior ao bom caráter moral (ter “uma boa vontade”). Se tomarmos por base sua análise desse juízo, [veremos que] ele conclui que um bom caráter moral para agentes



Não há dúvida de que a asserção [*claim*] kantiana sobre a boa vontade traz algumas implicações relativamente a tais assuntos, mas essa linha de pensamento pode levar a erros cruciais, se não tivermos o cuidado de separar a noção de boa vontade daquela de uma pessoa que tem uma boa vontade.<sup>16</sup> Depois de ver o que Kant quer dizer por meio da boa

---

morais deve consistir em sua ação segundo o dever [*dutiful*] porque esse é seu dever.” Roger Sullivan, *Immanuel Kant’s moral theory* (New York: Cambridge University Press, 1989), p. 19. Sullivan combina aqui o erro de identificar a boa vontade com a pessoa boa ou caráter virtuoso e o erro de identificar a boa vontade com o que vimos ser um caso especial de boa vontade: agir por dever.

<sup>16</sup> A suposição de que, ao se referir à bondade da boa vontade, ou à estima das ações feitas por dever, Kant estaria principalmente interessado em identificar a espécie de pessoa que deveríamos ser, ou o modo segundo o qual deveríamos sempre nos esforçar para agir, leva diretamente a consequências absurdas (que não se seguem em nada do que Kant diz ou pensa, mas em relação às quais ele é, ainda assim, acusado). Se supusermos que devemos sempre agir de um modo que tenha o “valor moral” da espécie que Kant discute nessas passagens, então, teremos de supor que deveríamos sempre lutar para satisfazer as condições necessárias para possuí-las. Mas, como nos diz Kant, essas condições incluem “limitações e obstáculos” a uma boa vontade – em outras palavras, coisas que uma pessoa de boa vontade tenta precisamente evitar. A mais importante dentre elas é a condição segundo a qual o único incentivo do dever é o de realizar uma ação segundo o dever [*dutiful*]. Compare o seguinte caso: um ato de coragem heroica tem, com frequência, como sua condição necessária alguém estar numa situação de perigo (que qualquer pessoa de boa vontade tentaria evitar). Admiramos atos de coragem heroica, mas não admiraríamos alguém que criasse perigo para os outros a fim de manifestar sua coragem ao resgatá-los. Do mesmo modo, admiramos uma pessoa que ajuda a outra apenas por dever, mas não admiraríamos uma pessoa que ensinasse [*bring it about*] sentir qualquer prazer ou [tirar] vantagem ao ajudar aos outros. Uma vez que avaliemos corretamente os casos kantianos do agir por dever como tendo sido construídos para serem casos de adversidade moral, podemos ver tanto por que os agentes neles devem ser especialmente considerados, quanto por que uma pessoa de boa vontade sempre tenta evitar estar em tais situações. Consequentemente podemos ver por que Kant pensa não haver nada de admirável, muito menos de obrigatório, em tentar fazer com que alguém sempre realize atos que são, de um modo especial, moralmente admiráveis. Essa é a resposta correta de Kant à sugestão satírica de Schiller, segundo a qual, desde que não sou virtuoso ao ajudar meus amigos por gostar de fazer isso, devo então decidir odiá-los e “fazer com repugnância o que o dever exige” (*Xenien, die Philosophen*, in: Goethe, *Werke*, ed. Erich Trunz (Munich: Beck, 1982), 1: 221). Naturalmente que Kant não afirma que, porque gostamos de fazer isso, não existe virtude em ajudar os amigos, mas apenas que tal ajuda não exige a consideração especial reservada ao valor moral “incomparável” do agir por dever. Nem ele exigiria que nos colocássemos numa situação em relação à qual são requeridas ações com esse valor especial, da mesma forma que um comandante militar não exigiria que seus soldados imaginassem situações de extremo perigo de modo a que eles pudessem mostrar sua coragem. Ainda assim, o comandante poderia tomar essa coragem heroica, revelada sob condições de perigo extremo, como tendo incomparavelmente o valor mais alto, da mesma forma que Kant afirma que agir por dever tem o valor moral mais alto e só ele é merecedor de consideração.

vontade, penso que veremos que uma pessoa de índole má pode (algumas vezes) revelar uma boa vontade e uma pessoa que é, em geral, boa pode, algumas vezes, revelar uma vontade má.<sup>17</sup> Vamos ver que Kant diz, explicitamente, que uma pessoa pode ter uma boa vontade e, ainda assim, faltar-lhe a virtude.

Uma boa vontade, diz Kant, é boa apenas “pelo [seu] querer, isto é, boa em si mesma” (Ak 4: 394). Isso significa que a boa vontade é o querer dela [vontade]. *Ter* uma boa vontade é ser uma pessoa com disposições próprias, a saber, com uma disposição para *querer* de uma determinada maneira. Sobre o “querer”, Kant nos diz que não se trata “de um mero desejo, mas ... [de uma ] mobilização de todos os meios na medida em que estão em nosso poder” (Ak 4: 394). Essa afirmação significa que o querer é uma atividade dirigida para um fim [*end directed*], possivelmente aquele elemento que, em todas as consciências ou atividades intencionais, envolve um direcionamento a fins e também [para] a escolha dos meios para eles. Pois, como dirá Kant mais tarde na *Fundamentação*, “quem quer o fim também quer (na medida em que a razão tem influência decisiva sobre suas ações) o meio indispensavelmente necessário para isso que está em seu poder” (Ak 4: 417). Kant repetidamente sustenta a doutrina tradicional, segundo a qual a volição é direcionada para algum fim (Ak 4: 427, 5: 58, 6: 385, 8: 279, 28: 1065). Querer é, portanto, (pelo menos) dirigir as faculdades de alguém para um fim através de certos meios [*by way of some means*].

---

<sup>17</sup> Os leitores da *Fundamentação* pensam muitas vezes que é crucial decidir se uma pessoa tem ou não uma boa vontade para saber o que a mesma pessoa teria feito em circunstâncias diferentes ou com uma estrutura de incentivos diferente. Essa questão é relevante se se trata de saber qual foi realmente a máxima da pessoa *naquela ação*, mas é irrelevante, se, na verdade, for um modo de querer saber a respeito do caráter ou das *disposições* gerais de seu querer nas várias máximas. Esse é um outro caso em que é importante que a “boa vontade” não [seja vista] como um *tipo de pessoa*, mas antes como um modo do querer. Uma pessoa que, em geral, é boa e, portanto, disposta a querer de acordo com a máxima da beneficência, pode, em certas ocasiões, não ser caridosa ou mesmo ser má e agir segundo uma máxima completamente diferente da que está acostumada agir (talvez porque ela esteja zangada com alguém). Se perguntarmos o que ela “teria feito” se não estivesse zangada, provavelmente, não estaríamos perguntando [sobre] o que a sua máxima (adotada porque estava zangada) teria levado-a a fazer – isto é, a se comportar de um modo mau e não caridoso – mas, sim, em vez disso, [sobre] o que faria uma pessoa como ela, em geral de caráter beneficente – que seria agir de acordo com uma máxima bem diferente da máxima má segundo a qual ela está agindo nessa ocasião. Nesse caso, perguntar “o que ela teria feito” é fazer uma pergunta inteiramente irrelevante para a questão se sua *vontade atual* é boa ou má, e a resposta correta para essa pergunta nos induziria, completamente, ao erro se a interpretássemos como um modo de perguntar sobre a bondade ou maldade de sua volição atual.

**O bem querer.** Kant, no entanto, *nega*, explicitamente, que a boa vontade seja, para ele, *apenas* a vontade cujo fim é bom (ou *o* que é bom, i.e., o que é verdadeiramente bom). Uma ação por dever (que, como vimos, Kant encara como o exemplo mais resplandecente da boa vontade) não tem seu valor moral “na vontade em relação com o esperado efeito dela” (Ak 4: 400). Não há dúvida de que Kant concordaria com a proposição tradicional de que a boa vontade quer o que é bom no seu fim, mas ele rompe com (ou pelo menos tenta esclarecer) a tradição ao insistir que o bom como fim deve ser definido subsequentemente à boa vontade (como seu objeto adequado) (Ak 5: 62-63). O modo correto de olhar a vontade, em Kant, é, portanto, vê-la como a capacidade para a autodireção racional na medida em que ela envolve a adoção de princípios normativos. A escolha de fins e dos meios para realizá-los é um caso especial, ainda que sagaz, de regular nossa conduta de acordo com tais princípios; cada volição, na concepção de Kant, envolve essa espécie de regulação, mas determinar fins e escolher meios para eles é uma atividade racional porque também está sujeita a princípios racionais que determinam que fins deveríamos estabelecer e que meios deveríamos empregar para eles.

Essa é minha proposta para entender a declaração de Kant, muitas vezes citada (mas nada transparente), na Segunda Seção da *Fundamentação*, de que “a vontade nada mais é do que razão prática” (Ak 4: 412). O querer é o exercício de nossa capacidade para dar a nós mesmos princípios racionais (incluindo, naturalmente, mas não se restringindo àqueles princípios que especificam os fins a serem estabelecidos e os meios a serem empregados). Querer *bem* seria, então, a atividade segundo a qual adotamos princípios normativos (ou máximas) que são *moralmente corretos* para a conduta de alguém. Uma má vontade também regula sua conduta por máximas, mas essas máximas não estão de acordo com leis morais válidas (mas antes violam-nas). O ‘dever’ é a “necessidade”, ou a autocoerção, que temos de exercitar em nossa conduta, quando [isso for] necessário para garantir que princípios normativos racionalmente válidos sejam seguidos, especialmente o mais alto desses princípios, a lei da moralidade. Agir por dever, em casos em que tal coerção é exigida (na ausência de inclinação para fazer o que a razão prática exige, ou mesmo em oposição às inclinações que nos tentam a agir de modo contrário aos princípios racionais) conta, portanto, como o paradigmático, na verdade como o supremo – ainda que não o único – exemplo do querer que é bom.

#### § 4. Querer e agir

Em vista disso, o autogoverno racional é, em parte, uma questão de *adoção* de máximas ou princípios corretos e, em parte, uma questão de *execução* ou de *conformidade* aos princípios que se adotou. *Querer* é um assunto concernente aos princípios que adotamos e à derivação, a partir deles, das ações que deveríamos nos coagir a executar [*perform*] (Ak 4: 412). A ‘boa vontade’ para Kant tem a ver com a adoção de máximas corretas (inclusive dos fins certos e dos meios certos para eles) e com a derivação, a partir delas, das ações que deveríamos executar [*perform*]. Mas pode-se ter uma boa vontade, mesmo que não se consiga seguir essas máximas ou executar [*perform*] essas ações e, certamente, mesmo que não se atinja os fins da boa vontade. Assim, Kant diz que “uma ação por dever tem seu valor moral *não no intuito* a ser alcançado através dela, mas, sim, na máxima segundo a qual é decidida, logo não depende da realidade efetiva do objeto da ação, mas meramente do *princípio do querer*, segundo o qual a ação ocorreu, abstração feita de todos os objetos da faculdade apetitiva” (Ak 4: 399-400). As máximas incluem, naturalmente, aqueles que especificam os fins da vontade (que são os que ela quer), mas o que torna a vontade boa, na medida de que se trata de Kant, não é o valor encontrado naquilo que ela *tenciona* ou *almeja* (considerado como um estado de coisas desejável), mas, antes, naquilo que a vontade ela mesma *quer* (incluindo o que ela *tenciona* e *almeja*) de acordo com princípios racionais.<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> No Prefácio à *Fundamentação*, antes mesmo de mencionar a boa vontade ou o agir por dever, Kant parece antecipar o que ele irá dizer sobre isso por meio da seguinte observação: “Pois quando se trata do que deve ser moralmente bom, não basta que seja conforme à lei moral, mas também tem de acontecer *por causa dela*; caso contrário, essa conformidade é apenas muito contingente e precária, porque a razão [para agir] imoral produzirá de quando em quando, é verdade, ações conformes à lei, no mais das vezes, porém, ações contrárias à lei” (Ak 4: 390). Se alguém interpreta a Primeira Seção da *Fundamentação* do modo como venho criticando, é bastante fácil ler essas observações como dizendo que só a vontade que é boa age por dever, ainda que, tomadas literalmente, não seja isso que elas dizem e mesmo a terminologia [por elas] usada seja diferente daquela da Primeira Seção. Tomando por base a segunda frase da passagem citada, penso que uma interpretação mais razoável da primeira frase seria aquela segundo a qual, ao avaliarmos agentes morais, e suas ações de um modo geral, deveríamos nos preocupar não apenas com a questão se as ações estão externamente de acordo com as exigências da lei, mas também (e ainda mais) com a questão se as máximas em função das quais são realizadas estão de acordo com a lei (e, nesse sentido, são feitas “em nome da lei”); pois os pontos de Kant parecem ser que as ações que se conformam com a lei são feitas de modo mais confiável se forem feitas “em nome da lei” e não, “sobre um fundamento não moral”. É menos razoável tomar Kant como se referindo, por meio das frases citadas, a *motivos* e não a

**Querer e executar [executing].** Ter uma boa vontade é uma questão de adotar bons princípios (ter boas intenções), almejar bons resultados e identificar as ações a serem executadas de acordo com princípios racionais. Mas *não* é uma questão de *seguir* esses princípios ao agir, menos ainda uma questão de *produzir bons resultados*. Assim, ao declarar o valor supremo e irrestrito da boa vontade, Kant insiste em que ainda que (“devido a um singular desfavor do destino ou à parca dotação de uma natureza madrasta” (Ak 4: 394)) uma boa vontade não alcance os bons resultados que almeja, ela não perde nada de seu valor devido a esse insucesso. Do mesmo modo, ter uma boa vontade não é tampouco uma questão de alguém seguir suas boas intenções ou mesmo de pôr em ação seus princípios morais. Obviamente, é importante, do ponto de vista moral, *agir de acordo com* princípios morais, e também *conseguir* os bons resultados que se almejou; mas ambas essas coisas moralmente importantes são distintas de se ter uma boa vontade.

A maldade da vontade é também, de certo modo, uma falha de execução, pois, para Kant, ser livre é ter a capacidade de adotar e seguir princípios da razão e uma pessoa com uma má vontade não exercitou, com êxito, essa capacidade, pois adotou máximas que são contrárias aos princípios da razão. Kant pensa na maldade da vontade não como um exercício de uma capacidade, mas como um insucesso no exercício da liberdade interior de uma pessoa – que é a capacidade para agir de acordo com os princípios da razão (Ak 6: 266). Mas mesmo alguém, que teve êxito no exercício de sua capacidade de adotar máximas boas (e assim tem uma boa vontade), pode ainda não fazer a coisa certa em função de um segundo insucesso na execução – o insucesso no seguir os princípios que foram adotados.

---

máximas, uma vez que as máximas que estariam de acordo com a lei seriam suficientes para produzir, de modo confiável, ações segundo o dever, quer essas máximas legais [*lawful*] sejam adotadas tendo o dever como motivo ou por qualquer outro motivo. Mas também é razoável tomar Kant como querendo dizer que a ação de uma pessoa estará mais confiavelmente de acordo com o dever, se ela estiver disposta a coagir-se a si mesma a seguir a lei, porque, para adotar uma máxima correta, ela valoriza mais a conformidade à lei enquanto tal do que (digamos) a motivação pela solidariedade ou pelo amor à honra. Isso é inteiramente consistente com a negação de que uma boa vontade é boa apenas se ela “agir por dever”, no sentido em que Kant usa essa frase na Primeira Seção; pois uma pessoa pode ter a disposição de seguir a lei em função dos valores provenientes da própria lei se, nesse caso, ela não precisar coagir-se a si mesma a segui-la e, portanto, não agir “por dever” no sentido expresso na Primeira Seção.

**Boa vontade e virtude.** Isso faz com que uma *boa vontade* seja uma coisa inteiramente diferente da *virtude*; pois Kant concebe a virtude como a *força* do caráter de alguém ao agir de acordo com suas máximas boas (Ak 6: 380).<sup>19</sup> Assim, posso ter uma boa vontade e ainda *não ter virtude* (ou força) para resistir às inclinações que me tentam a não agir bem. Kant é bem claro a esse respeito: “esta debilidade no uso do próprio entendimento, unida à força das próprias emoções, é apenas uma falta de virtude e, por assim dizer, algo pueril e débil, que é capaz, efetivamente, de coexistir com a melhor vontade” (Ak 6:408). É também possível, naturalmente, que eu deva ter a virtude ou a força que fariam com que eu resistisse aos meus desejos ou emoções, mas faço o mal simplesmente porque tenho uma vontade má – isto é, apenas porque adoto máximas más.

Está claro que, se uma pessoa é continuamente levada pelas tentações e raramente ou nunca se mantém nas boas intenções ou nos princípios corretos que professa, isso leva, com certeza, à questão sobre o quanto ela, de fato, adota esses princípios. Talvez sua profissão em relação a eles seja mera decepção, um caso em que se mente para os outros, ou até para si mesmo, com hipocrisia, sobre suas máximas. Kant é habitualmente cético a respeito da profissão que as pessoas fazem de boas intenções ou de princípios corretos, mesmo nos casos em que a conduta delas esteja, externamente, de acordo com o dever. Mas, de acordo com a observação acima, está claro que ele acredita que possa haver (e há) casos em que se tem, de fato, uma boa vontade (isto é, em que se adote honesta e sinceramente as máximas corretas) e, ainda assim, não se consegue fazer o que é certo porque falta força mental e volitiva – a virtude – necessária para se agir de acordo com as máximas boas.<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> ‘Caráter’ parece ser um termo que, para Kant, abrange tanto a *vontade* de alguém quanto o exercício de sua força moral ao agir de acordo as volições boas. Assim, Kant considera a virtude como pertencendo ao caráter (Ak 6: 407), mas ele também diz que o homem que é beneficente por dever revela “o valor do caráter, que é um [valor] moral e sem qualquer comparação o mais alto, a saber, que ele faça o bem, não por inclinação, mas por dever” (Ak 4: 398-399). A fim de revelar esse valor de caráter, o homem deve ter tanto uma boa vontade (no que, ao seguir a lei moral, ele adota a beneficência como sua máxima) e também a virtude ou força (de caráter) necessária para superar toda inclinação que possa tentá-lo a não agir de acordo com essas máximas. (Nesse exemplo, no entanto, o homem não é descrito como tendo inclinações contrárias – como a de egoísmo ou malícia – que poderiam tentá-lo a não ser beneficente. Kant o descreve como precisando apenas superar a “insensibilidade mortal” na qual seus próprios pesares fizeram-no mergulhar (Ak 4: 398).)

<sup>20</sup> Se a virtude não está incluída como parte da boa vontade, alguém pode perguntar se Kant não teria de considerar a virtude como um desses bens menores – dádivas da

Vimos, acima, que Kant não está comprometido com (e não sustenta que) a visão de que apenas a vontade que é motivada por dever é uma boa vontade. Isso corresponde, proponho, à nossa concepção intuitiva de uma ‘boa vontade’; pois pensaríamos que uma pessoa tem uma boa vontade se ela agiu com base em bons princípios (ou com boas intenções) sem levar em conta o que a motivou (enquanto seu motivo não envolver qualquer adoção sub-reptícia de princípios maus ou de fins maus). Da mesma forma, corresponde à nossa concepção intuitiva de uma boa vontade, que uma pessoa possa ter uma boa vontade, e, ainda assim, ser fraca moralmente e não conseguir agir baseada nessa vontade. Todos nós conhecemos pessoas que têm boas intenções e bons objetivos, mas que não conseguem realizar o que almejam (devido a alguma fraqueza do caráter, tal como uma tendência para adiar seus fins valiosos ou desviar-se deles por objetivos menores). Algumas vezes, as pessoas agem erradamente, ou mesmo cometem crimes, porque são muito fracas para seguir os princípios nobres que, sinceramente, adotam. Notamos seus fracassos (que são fracassos *morais*), então, acrescentamos (talvez melancolicamente) “mas, ainda assim, ele tem a melhor vontade do mundo”. O sentido que Kant dá à “boa vontade” está em concordância perfeita com tudo isso.<sup>21</sup>

---

natureza ou da sorte – que são bons apenas quando combinados com uma boa vontade e maus, caso contrário (Ak 4: 393-394). Kant, porém, não está comprometido com tal conclusão, porque ainda que a virtude não esteja incluída no conceito de boa vontade, a boa vontade é normalmente incluída no conceito de virtude, uma vez que ela é concebida como a força de nosso poder de escolha para realizar as máximas moralmente exigidas (Ak 6: 405). Algumas vezes as pessoas consideram qualidades como virtudes, mesmo sem essa condição, como por exemplo, a coragem ou o autocontrole, quando colocadas a serviço de máximas más. Kant, na verdade, sustenta que tais qualidades não são boas sem restrição e, de fato, que elas se tornam positivamente más quando postas a serviço de um querer mau. (Ak 4: 394).

<sup>21</sup> Alguém poderia pensar que minha interpretação é inconsistente com as observações de Kant de que uma boa vontade não é “um mero desejo, mas ... mobilização de todos os meios na medida em que estão em nosso poder” (Ak 4: 394). Mas os casos em que estou pensando, não são aqueles nos quais apenas *almeja-se* algum fim bom, ou *almeja-se* adotar bons princípios. Estou pensando em um caso no qual uma pessoa pode, sinceramente, decidir manter sua promessa, ou nunca mais roubar (“cumprir suas promessas” e “não roubar” são seus princípios, de acordo com os quais ela decide viver e *se empenha ao máximo* para viver de acordo com eles), mas, no entanto, quebra sua promessa ou comete um roubo por ser muito fraca para se ater aos princípios que adotou (e não apenas quis adotar). Uma pessoa pode, naturalmente, afirmar (num espírito de severidade moral) que ela realmente “fez o melhor” e, também, que teria, necessariamente, mantido sua promessa ou não teria cometido o roubo. Mas eu retrucaria (e creio que Kant também) que existem casos em que as coisas não se passam assim. Algumas vezes, devido à fraqueza de caráter (pela qual somos culpados), falta-nos a força moral para seguirmos os

Ao sustentar que a boa vontade é boa sem restrição e que não perde nada de sua bondade quando é impedida de alcançar o bem que almeja, Kant está também se comprometendo com a posição de que, quando se tem uma boa vontade, mas se age de uma forma má por falta de virtude, a boa vontade é ainda boa sem restrição. Minha boa vontade não perde nada de sua bondade por se associar à minha falta de virtude ou mesmo à minha má conduta consequente. Assim, antes de concluirmos que podemos concordar com a famosa proposição com a qual Kant abre a Primeira Seção da *Fundamentação*, deveríamos considerar com todo cuidado se, depois de refletir, estamos dispostos a aceitar essa consequência. (Voltarei a esse ponto no § 5 abaixo).

**A boa vontade consiste na adoção de máximas boas.** Uma pessoa tem uma *vontade moralmente boa* na medida em que adota *máximas* que estão de acordo com o dever moral.<sup>22</sup> Sua vontade é moralmente má na medida em que suas máximas são contrárias ao dever. Na medida em que suas máximas nem estão de acordo nem violam o dever, a vontade dessa pessoa não pode ser chamada nem de boa nem, de má (no que concerne à moral). A maior parte das pessoas quer coisas que são uma mistura de bem, de mal e do que é moralmente indiferente. Mesmo uma pessoa cuja vontade é basicamente má pode ter algumas máximas boas – nem que seja apenas a máxima de ser generosa com os outros quando isso lhe agrada. Kant diz que “um espectador imparcial e racional jamais pode se comprazer sequer com a vista da prosperidade ininterrupta de um ser a quem não adorna traço algum de uma vontade boa e pura” (Ak 4: 393). Suponho que sua visão seja aquela segundo a qual, se tal espectador contempla a felicidade de uma pessoa basicamente má que, no entanto, adota umas poucas máximas que estão de acordo

---

princípios corretos, mesmo “quando fazemos nosso melhor”. Naturalmente, Kant também sustenta que, uma vez que somos seres livres, temos sempre, a princípio, a capacidade de agir como a razão nos orienta. Mas ele também sustenta que essa “capacidade de princípio” é algumas vezes encontrada em seres que são moralmente fracos e aos quais falta a força moral para fazer o que a princípio são capazes – e essa falta de força é alguma coisa de que são culpados. Kant distingue, então, a liberdade da vontade, necessária para ser um agente moral, tanto da “liberdade externa”, que nossas ações têm quando não estão submetidas à coerção externa, quanto da “liberdade interna”, ou virtude moral, por meio da qual temos a habilidade para fazer o certo e evitar o erro (Ak 6: 406-407). Não conseguir estabelecer uma distinção entre dois tipos de “habilidade” moral aqui é simplificar ao máximo (e falsificar) nossa natureza moral e a difícil situação dela proveniente.

<sup>22</sup> De novo, Onora O’Neill formula corretamente [*gets it right*]: “... uma ação que traz consigo uma boa vontade, isto é, uma ação fundada numa máxima de um certa espécie” (*Constructions of reason*, p. 130).



com a moralidade (nem que seja condicionalmente), então, o espectador, em função desses parcos adornos, deveria ficar um pouco satisfeito com a felicidade dessa pessoa.<sup>23</sup>

A alegação [*claim*] kantiana de que a boa vontade é boa sem qualquer restrição não é a alegação de que qualquer ser humano falível é (ou poderia ser) bom sem qualquer restrição. É a alegação de que um certo tipo de *querer* é bom sem qualquer restrição. Quase todos nós exemplificamos a boa vontade, algumas vezes, em certos aspectos, mas ninguém poderia dar exemplos dela sempre e sob todos os aspectos. A visão de Kant é a de que a maior parte das pessoas manifesta uma mistura rica de boa e má vontade, muitas vezes de um modo que enreda as máximas más com as boas, tornando mesmo difícil distinguirmos umas das outras. Mas, é exatamente por isso que ele é tão insistente em que nos exercitemos diligentemente em fazer essa distinção, ao cultivarmos nossa estima pela boa vontade e nossa repugnância pela má. Como ele as vê, a complexidade e a ambiguidade moral de nossas vidas podem facilmente ter o efeito de tornar embotado nosso sentido do que é certo e errado e de nos induzir a aceitar uma multidão de percepções descuidadas e de racionalizações confortáveis, que fazem com que se torne mais fácil fazer o mal.

**Boa vontade e motivação.** Os leitores da discussão que abre a *Fundamentação* tendem a pensar que Kant encara a bondade ou a mal-

---

<sup>23</sup> A posição de Kant não está sendo mal compreendida aqui. Kant não está descrevendo as reações de um espectador racional imparcial como um modo delicado de dizer que teríamos razão em privarmos uma pessoa má de sua felicidade ou mesmo de regozijarmos com seus infortúnios. Ele não sustenta que deveríamos ter sempre, como nosso fim, contribuir ativamente para a infelicidade de uma pessoa, sob a alegação de que essa pessoa não nos parece ter uma vontade boa. Pelo contrário, é um dever fundamental da virtude fazer da felicidade dos outros nosso fim – e isso se aplica exatamente tanto às pessoas más quanto às boas (ainda que tenhamos deveres mais fortes no que concerne às pessoas – boas ou más – em relação às quais temos uma responsabilidade especial, tais como os membros de nossa família). Podemos não realizar atos maus ao promover a felicidade dos outros (novamente, sejam eles bons ou maus), mas a felicidade de todo ser racional deve estar sempre entre nossos fins. A punição legal não é um contra-exemplo disso. Por ser a favor da punição [*retributivist*], Kant acha que uma pessoa que cometeu um crime deve experimentar alguns males [*to be visited with evils*] e o estado pode, de fato, aplicar tais males como parte de sua responsabilidade em relação ao uso da coerção para proteger o que é certo. Mas mesmo aqueles que são a favor da punição não deveriam ver a infelicidade do criminoso como um fim. Vingança aliada à malícia e à inveja tem sempre traços ruins, contrários ao nosso dever de fazer a felicidade, e não a infelicidade dos outros, um fim. (Ser a favor da punição, pelo menos como Kant advogaria, não é ver a vingança como justificada moralmente).

dade da vontade basicamente como uma questão relativa à *causa* das ações (no sentido de motivá-las). A boa vontade, para Kant, (pensam) é a vontade que age por dever, enquanto que a vontade que age por qualquer outro motivo deve ser para Kant uma vontade má. Quando virmos claramente que a bondade ou a maldade da vontade diz respeito às máximas adotadas pela vontade, poderemos também apreciar a mistura de verdade e de erro contida naquela interpretação de Kant; pois, a prioridade dentre os incentivos para agir é, com frequência, um elemento das máximas que adotamos. A propensão para o mal radical na natureza humana é fundamentalmente uma questão de subordinação dos incentivos da moralidade aos incentivos da inclinação, e da incorporação dessa prioridade (racionalmente invertida) à nossa máxima fundamental (Ak 6: 36-37). A pureza da vontade consiste, então, em não *precisar* de incentivos, mas do dever, a fim de fazer aquilo que a moralidade exige (ainda que para pureza da vontade seja claro que não se exige que não se *tenha* outro incentivo - não moral – para se fazer o próprio dever).

Algumas vezes, quando descobrimos o que motiva a conduta que está, externamente, de acordo com o dever, essa descoberta muda nosso pensamento [*mind*] a respeito de se a conduta revela uma boa vontade. Uma pessoa que segue o dever e diz a verdade porque isso satisfaz um gosto por fofoca maliciosa, ou um desejo de vingança, pode agir externamente de acordo com o dever, mas não manifesta uma boa vontade, porque a máxima que a conduziu a essa conduta correta é uma máxima má.

Muitas vezes, no entanto, a adoção de uma máxima moralmente boa pode ser motivada de muitas maneiras diferentes e, nesse caso, é irrelevante, para a bondade da vontade, o quanto o incentivo do dever desempenha um papel nessa motivação. Uma pessoa cuja máxima é apenas ajudar as pessoas necessitadas quando ela pode, tem, na medida em que a máxima é concernida, uma boa vontade; é irrelevante para essa bondade da vontade se a adoção da máxima é motivada por dever ou por solidariedade [*sympathy*]. O motivo torna-se relevante, apenas, quando se quer saber em que consiste realmente a máxima, ou [quando] se levanta questões sobre as condições que estão tacitamente postas na suposta boa máxima. Se “beneficência motivada por solidariedade [*sympathy*]” significa que a política da agente é ser beneficente apenas quando ela está num certo estado de espírito, ou quando ela está numa posição de ser condescendente com o recebedor de sua beneficência, a fim de gratificar sua vaidade, então, a máxima dessa pessoa não é, no final, simplesmente de beneficência para com os necessitados, mas revela ser algo mais complexo (e muito menos digno de aprovação moral). Ainda

assim, na medida em que algumas pessoas poderiam ter uma solidariedade [*sympathy*] sincera que as leva a adotar uma máxima da beneficência geral, que está de acordo com a moralidade, sua bondade da vontade não é minimamente infectada pelo fato de que é a solidariedade [*sympathy*], muito mais que o dever, que as está motivando. Os que pensam que Kant discorda desse último juízo nas páginas de abertura da *Fundamentação* compreenderam muito mal o que ele está dizendo nessa discussão.

### § 5. A boa vontade é boa sem restrição?

Se esse é o modo correto de dar conta do que Kant quer dizer por “boa vontade”, permanece a questão segundo a qual deveríamos, ou não, concordar com a afirmação enfática de Kant de que a boa vontade, e apenas ela, é boa sem restrição. A verdadeira força da afirmação de Kant pode ser melhor apreciada quando nos concentramos na assimetria que ela estabelece entre o valor da boa vontade e o valor de todas as outras coisas que são boas. Só é bom aquilo que é combinado com a boa vontade (como seu instrumento ou seu resultado tencionado). As outras coisas, no entanto, transformam-se de boas em más se forem combinadas de modo análogo com a vontade má. A felicidade de um perverso, objetivada e conseguida por sua conduta má, é mais uma coisa má do que boa. A deliberação calma e a liberdade das paixões, que tornariam possível a uma pessoa de boa vontade realizar suas máximas boas, transformam-se em algo mau quando ajudam a má vontade a realizar seus desígnios sem recuar: “o sangue frio de um malfeitor torna-o não só muito mais perigoso, mas também ainda mais imediatamente abominável aos nossos olhos do que teria sido assim considerado sem isso” (Ak 4: 394).

Outras coisas são tidas como boas na medida em que são combinadas com a boa vontade. Mas a boa vontade, quando combinada com coisas más, não perde nada de sua bondade; pelo contrário, “ela brilharia por si mesma como algo que tem seu próprio valor em si mesmo” (Ak 4: 394). Esse é o caso, como vimos, não apenas em que a boa vontade tem maus resultados devido à sua combinação com coisas não moralmente más (tais como o “um peculiar desfavor do destino” ou a “parca doação de uma natureza madrasta”) mas, também, com os males morais, tais como a ausência da virtude necessária para realizar as boas máximas que tornam a boa vontade boa. A alegação kantiana concede, com efeito, um valor supremo e inatacável à bondade de nossas máximas ou intenções, e não vê esse valor diminuído no insucesso das intenções a serem realizadas.

**Dúvidas hegelianas sobre a boa vontade.** Podemos ver como alguém poderia resistir às alegações kantianas sobre a boa vontade se prestarmos atenção à atitude subjacente aos pronunciamentos de Hegel de que “a verdade da intenção é justamente o próprio feito” (FE § 159) e de que “o que o sujeito é, é a série de seus atos” (FD § 124, cf. EL § 140).<sup>24</sup> Há diferentes modos por meio dos quais esses pronunciamentos poderiam ser entendidos, alguns dos quais não estão, de fato, em desacordo com Kant, ou, então, não se dirigem diretamente ao ponto levantado pela alegação de Kant de que a boa vontade é a única coisa que é boa sem restrição.<sup>25</sup> Mas eis a maneira segundo a qual gostaria de entendê-

---

<sup>24</sup> Os textos de Hegel são extraídos dos *Werke*, Theorie Werkausgabe (Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1970). ‘FE’ se refere à *Fenomenologia do espírito (Phänomenologie des Geistes)*, volume 3, citada pelo número dos parágrafos (§). [A *Fenomenologia do espírito* foi traduzida para a língua portuguesa por Paulo Menezes com a colaboração de Karl-Heins Efken, Editora Vozes, 2000]. ‘FD’ se refere à *Filosofia do direito (Philosophie des Rechts)*, volume 7, citada pelo número dos parágrafos (§). [Em português, *Princípios da filosofia do direito* traduzida para a língua portuguesa por Orlando Vitorino, Editora Martins Fontes, 2003]. ‘EL’ se refere à *Enciclopédia 1 (Lógica) (Enzyklopädie 1 (Logik))*, Volume 8, citada pelo número dos parágrafos. [A *Enciclopédia I – A Ciência da Lógica* foi traduzida para o português por Paulo Menezes com a colaboração de Pe. José Machado, Edições Loyola, 1995.] As mesmas ideias estão expressas na frase famosa de Sartre: “O homem não é nada além de seus propósitos, ele existe apenas na medida em que ele se realiza, ele não é, portanto, nada a não ser a soma de suas ações, nada mais do que é sua vida” (Sartre, *Existentialism is a humanism*, in W. Kaufmann (ed.), *Existentialism from Dostoevsky to Sartre* (New York: Meridian, 1956), p. 300). [*O existencialismo é um humanismo* foi traduzido para a língua portuguesa por Vergílio Ferreira, Col. Pensadores, Abril Cultural, 1973].

<sup>25</sup> Uma coisa que eles poderiam significar é que não podemos saber quais são as máximas do agente, exceto por meio de seus feitos e, portanto, só podemos avaliar a bondade de sua vontade por meio daquilo que ele realiza de fato. Kant concorda com a ideia de que nossas vontades internas são opacas, ainda que não totalmente opacas, assim ele não concordaria completamente com isso. Mas, se fosse para ele concordar, ele concluiria apenas que estamos raramente (ou nunca) numa posição para julgar a bondade ou a maldade da vontade das pessoas. Ou, os dizeres de Hegel podem significar que existe uma conexão tão íntima entre as máximas adotadas pelas pessoas e as ações que realizam que elas, de fato, adotariam boas máximas apenas quando realizassem bons feitos. Kant, naturalmente, discordaria disso, pois ele pensa que há sempre a questão de fato [*fact of the matter*] das máximas que adotamos e essa questão [*fact*] é distinta das questões [*facts*] [relativas a] se conseguimos ou não seguir nossas máximas. Mas, entendido desse modo, Hegel não estaria negando que a boa vontade seja irrestritamente boa e boa nela mesma; ele estaria apenas pondo restrições (o que Kant não aceitaria) naquilo que poderíamos contar como um caso genuíno de uma boa vontade. Ou, ainda, alguém (não Hegel, certamente, mas outra pessoa, menos racionalista e mais “pós-moderna”, talvez inspirada em certas ideias de Nietzsche), poderia concluir, em função do fato de que nossas máximas são incognoscíveis, ou da questão a respeito das máximas que estamos seguindo ser sempre uma questão de uma ambiguidade profunda e sempre aberta a rein-

los, a fim de ilustrar como poderiam constituir uma rejeição bem motivada da alegação [*claim*] de Kant de que a boa vontade é a única coisa boa sem restrição. Entendo Hegel como dizendo que, ainda que haja a questão de fato [*the fact of the matter*] sobre as máximas ou princípios que as pessoas adotam, e algumas vezes uma distância entre esses princípios e sua realização numa ação, Kant está errado ao atribuir um valor independente à vontade – às intenções e às máximas – separada dos seus resultados e, especialmente, separada da questão sobre se elas são postas em prática nas ações daqueles que as adotam.

**Holismo.** A posição hegeliana é a seguinte: adotar bons princípios é *ceteris paribus*, uma coisa boa, mas também o são muitas outras coisas, que Kant encara como boas sob certas condições (quando combinadas com uma boa vontade) e não boas sob outras (quando não assim combinadas). A boa vontade também é boa quando combinada com outros bens – tais como quando seus princípios são realizados numa ação e resultam em ações bem sucedidas na procura de fins bons. Mas boas intenções sem boas ações não são melhores em si mesmas do que são as qualidades da mente ou do temperamento, que Kant considera serem boas quando usadas corretamente e más quando usadas incorretamente.

Essa teoria hegeliana do bem [*good*] poderia ser chamada de ‘holista’ – a boa vontade, assim como outros bens, é boa condicionalmente, dependendo de sua combinação num complexo de princípios, de virtudes, de ações e resultados, que sejam bons. Mas, separada de outros elementos de tal complexo, a boa vontade, como outros elementos, não tem valor. Talvez boas intenções e máximas corretas tornem-se mesmo

---

interpretações infundáveis, que não há realmente nenhuma questão de fato [*fact of the matter*] sobre as máximas adotadas pelas pessoas – há apenas o que elas fazem, aliada a um processo sem fim [*open-ended*] de interpretação e reinterpretação, sem nenhuma questão de fato [*fact of the matter*] sobre as máximas de alguém existindo no final dele. Diante disso, seria apenas uma ilusão que pudesse haver uma interpretação ‘verdadeira’ do comportamento das pessoas a respeito das máximas segundo as quais elas agem. Isso certamente está em desacordo com Kant, mas tão radicalmente em desacordo que a controvérsia sobre o valor da boa vontade simplesmente se perde com esse embaralhar [*shuffle*] das cartas; pois, dizer que não há questão de fato [*fact of the matter*] sobre as máximas e sobre os princípios que as pessoas adotam é, com efeito, dizer que elas não possuem, de todo, a capacidade de regular sua conduta por princípios da razão. É apenas um modo de dizer (como Kant faz) que a moralidade ela mesma é apenas uma “fantasia delirante” ou uma “fabulação urdida por nossa mente” (Ak 4: 394, 407). Quer cheguemos ou não a uma conclusão [a esse respeito], ela é bem sucedida: a maior estratégia da *Fundamentação* é cuidadosamente projetada para combater um ceticismo moral radical desse tipo e seria inteiramente superficial [*hopelessly*] e míope [*shortsighted*] pensar que este embaralhamento [*strategy*] poderia [por sua vez] ser bem sucedido.

positivamente más quando são partes de uma síndrome de fraqueza moral e de um mau juízo que sistematicamente resulta em ações ineficazes, contraproducentes para fins bons. Nessa visão hegeliana, *nada* seria bom sem restrição, exceto, naturalmente, um todo de tudo, em que todos os elementos são inteiramente bons.<sup>26</sup> Uma vontade que é boa em abstrato pode ser julgada má se seus bons princípios são encontrados, caracteristicamente, em pessoas que os aplicam e os executam de modo a levar regularmente ao mal. Se pusermos isso num vocabulário pós-hegeliano, algumas formas de boa vontade moral poderiam ser apenas parte de uma ideologia que subscreve práticas sociais de opressão, ou terror, ou outras formas de mal. Privilegiar a boa vontade, como faz Kant, poderia ser visto apenas como parte de uma estratégia auto-encobridora de tais ideologias perniciosas.<sup>27</sup>

**Uma resposta kantiana.** As declarações de Hegel, assim entendidas, me impressionam [*strike me*] como uma alternativa interessante e plausível à declaração famosa de Kant sobre a bondade irrestrita da boa vontade. A resposta kantiana mais contundente parece-me ser um argumento filosófico que vai muito além dos apelos ao senso comum moral, sobre o qual Kant faz repousar todas as suas alegações no começo da *Fundamentação*. O argumento é o seguinte: se devemos julgar racionalmente um complexo de volição, de ação e de consequências, como mau em seu todo e daí inferir a maldade (ou mesmo a bondade limitada) dos elementos dos quais ele se compõe, devemos fazer isso na base de certos princípios, os quais nos determinariam a evitar esse complexo (e seus constituintes), se isso dependesse praticamente de nós. Mas isso significa

---

<sup>26</sup> Se essa posição deve ser uma verdadeira alternativa à de Kant, é importante que máximas e intenções, consideradas apenas como volições, sejam aceitas tanto como genuínas quanto como genuinamente boas. A objeção *não pode* ser aquela segundo a qual, quando o agente não consegue segui-las, elas se tornam uma mera impostura [*shamming*] hipócrita [*hypocritical*] das máximas boas e das boas intenções; pois, nesse caso, a objeção reverteu, como vimos, à posição de que não pode haver boa vontade de todo, a não ser aquela que é realizada numa ação. Kant rejeita essa última alegação, mas ela não é uma alegação [*a claim*] a respeito da bondade irrestrita da boa vontade. A alegação hegeliana deve ser a de que máximas que são genuína e inteiramente boas, *consideradas como princípios da vontade* [*volitional*], tornam-se, no entanto, *más em seu todo* (ou pelo menos apenas de bondade restrita) quando são combinadas com más qualidades da mente, do caráter ou do temperamento.

<sup>27</sup> Dúvidas relacionadas a isso sobre a tese kantiana de que só a boa vontade é boa sem restrição são expressas, de uma forma inteligente, por Karl Ameriks, “Kant on the Good Will”, in Otfried Höffe, *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten: ein kooperativer Kommentar* (Frankfurt: Vittorio Kolstermann, 1989), pp. 45-65.

que nosso juízo pressupõe, ele próprio, a bondade irrestrita daqueles princípios [que adotamos] – teríamos de estar preparados para nos atermos a eles, mesmo se estiverem combinados com os elementos que, alegadamente, tornariam uma boa vontade menos do que boa [*less than good*]. Assim, sob a pena de autocontradição, as condições [*status*] que estamos tentando negar que possa pertencer a qualquer boa vontade tem ser alegada [*claimed*] para nossa própria volição ao fazermos esse juízo. Isso leva a que Kant possa alegar [*claim*] as mesmas condições [*status*] para a boa vontade.

Penso que esse argumento teria uma profunda similaridade dialéctica com os argumentos kantianos da *Fundamentação* a favor das alegações de que a natureza racional é um fim em si mesmo, porque o respeito pela a natureza racional de alguém é pressuposto por todos os juízos de valor das pessoas (Ak 4: 429), e de que, para todos os que fazem juízos teóricos (mesmo juízos sobre a questão da boa vontade) (Ak 4: 447-448), pressupõe-se que a vontade humana seja livre. No entanto, não está claro se o argumento é decisivo, pois um hegeliano poderia dizer que, quaisquer que sejam os princípios sobre os quais o juízo se funda, eles poderiam ser ainda acessados em termos da totalidade do intelecto, do carácter e da prática social nas quais estão envolvidos. Em relação a isso, a resposta kantiana é que, naturalmente, qualquer volição e qualquer juízo estão sujeitos a serem criticados, e qualquer princípio é capaz de ser revelado falso numa reflexão adicional, mas devemos pressupor a validade irrestrita de não importa que princípios estejam, no final, subjacentes a todos esses juízos e com ela a bondade irrestrita de não importa que vontade siga esses princípios. Para Kant, o que é o mais essencial para o autogoverno racional é a capacidade de adotar princípios normativos por meio dos quais regulamos nossa conduta, mesmo que outras capacidades (tais como as que estão envolvidas no seguir dessas políticas nos casos particulares) sejam também indispensáveis para a agência racional. A convicção de Kant de que a boa vontade é a única coisa boa sem qualificação pode ser vista como uma reflexão sobre esse ponto.

## § 6. A ética kantiana e a bondade sem limites da boa vontade

Não tentarei decidir aqui se o argumento kantiano é decisivo ou se a asserção kantiana de que a boa vontade é apenas a única coisa que tem valor irrestrito é mais defensável do que a alternativa hegeliana. A pergunta que quero fazer, em vez, disso é: quão importante para a ética kantiana, como um todo, é a alegação de Kant de que a boa vontade é boa sem restrição?

Vimos, mais acima, que a asserção de Kant sobre a bondade irrestrita da boa vontade é, retoricamente, o ponto inicial para a derivação que ele faz da primeira formulação do princípio da moralidade na Primeira Seção da *Fundamentação*. Mas observamos, também, que essa derivação não procede das alegações [*claims*] da bondade da boa vontade, mas da estima que, supostamente, temos por um caso especial da boa vontade (no qual ela se manifesta em situações de imperfeição moral e de adversidade) – a saber, o caso da vontade que age por dever. Mas, evidentemente, seria bem possível estimar a pessoa que age por dever em tais situações sem termos de concordar com a alegação kantiana de que a boa vontade é boa sem restrição. Pois, a pessoa que age por dever deve ter, não apenas uma *boa vontade*, mas, também, a virtude ou força de caráter para *agir* quando tentada pelas inclinações a violar tais princípios. O simpatizante de alguma coisa como a visão hegeliana, que defende que a boa vontade não é boa sem restrição, mas que sua bondade é restrita quando combinada com a fraqueza moral, pode, portanto, *concordar* com o juízo a partir do qual Kant deriva a primeira formulação do princípio da moralidade, mesmo que ele discorde da alegação kantiana de que a boa vontade é boa sem restrição.

Essa, sem dúvida, é uma das razões pelas quais os leitores da *Fundamentação* tendem a pensar que a ‘boa vontade’ deve incluir a virtude, pois os casos nos quais Kant se refere a ela incluem, necessariamente, a virtude, e eles provavelmente também querem entender a alegação de que a boa vontade é boa sem restrição, de tal modo que ela não se torne dubitável por considerações que pareçam irrelevantes para as discussões de Kant, nesses parágrafos iniciais. Mas, penso que, quando nos impomos essas coerções exegéticas, colocamo-nos em situações de desentendimento quanto à concepção kantiana da boa vontade, sobre o que Kant está dizendo a esse respeito no começo da *Fundamentação* e, talvez, também sobre as estruturas mais profundas de sua teoria moral.

Mais tarde, na *Fundamentação*, Kant formula o princípio da moralidade em termos da dignidade da natureza racional, como um fim em si mesmo (Ak 4: 428-429), e em termos da vontade que é universalmente autolegislativa (Ak 4: 431). E Kant liga essas concepções ao conceito de boa vontade, ao descrever a natureza, que é um fim em si mesmo, e a vontade que é autolegisladora, como contendo nelas mesmas a *capacidade* para uma vontade que é “absolutamente boa” (Ak 4: 437). Mas não vejo nada nos argumentos kantianos, a respeito de suas formulações mais tardias sobre o princípio da moralidade, que dependa da alegação de que a boa vontade é boa sem restrição.



Não tenho a intenção de negar que existe, no entanto, uma espécie de afinidade entre o que Kant toma como sendo a essência do princípio moral (em qualquer uma de suas formulações) e sua convicção de que só a boa vontade é boa sem restrição; pois a teoria moral kantiana está centrada [*focuses*] na concepção de um ser que é capaz de governar a si mesmo por meio de princípios, e a teoria, ao menos como é apresentada na *Fundamentação*, está preocupada com o agente moral como um ser que adota princípios subjetivos (máximas) e que é capaz de fazer isso à luz de princípios objetivos ou leis. A boa vontade é precisamente o exercício bem sucedido dessa capacidade nos agentes morais. O objetivo da *Fundamentação*, além disso, não é apresentar um sistema completo de filosofia moral, mas apenas identificar e estabelecer o princípio supremo da moralidade – em termos kantianos, considerar aquele aspecto fundamental da moralidade que diz respeito ao *querer* (como distinto, por exemplo, do agir, ou cultivar a virtude moral, ou determinar os fins adequados à vida). Assim, faz todo o sentido que Kant chame a atenção na *Fundamentação* para a boa vontade, e comece declarando sua convicção de que ela é boa sem restrição. Mas isso não leva a que a convicção de que Kant, de fato, fundamenta os princípios por ele derivados na *Fundamentação*. E, de fato, ela não fundamenta.

Em seu trabalho mais tardio, mais longo e mais completo de filosofia moral – a *Metafísica dos costumes* – seu enfoque é diferente. Lá ele não está interessado na descoberta do princípio da moralidade, mas na sua aplicação. Ele está interessado não apenas na boa *vontade*, mas também nos *caracteres* bons, nos *fins* bons e nas *ações* boas.

Não precisamos duvidar de que ele continuou a acreditar que a boa vontade é boa sem restrição, a fim de reconhecer que ele foi capaz de se preocupar com esses outros bens, moralmente importantes, e de dar reconhecimento pleno à sua importância independente. Assim, nesse trabalho mais tardio, ele não dá ênfase [*highligh*] à boa vontade, e quase nunca se apresenta para ele uma ocasião para tratar dela (ou de sua alegada bondade). Seus principais pontos centrais [*chief focal points*] nesse trabalho são (na Doutrina do Direito) a correção ou o erro das *ações* (o que é completamente diferente, em sua teoria, da bondade moral ou maldade das volições que levam a elas) e (na Doutrina da Virtude) os fins (ou “deveres da virtude”) que a boa vontade deveria estabelecer para si e, ainda mais fundamentalmente, as virtudes (ou tipos de força de caráter) por meio das quais as volições podem se tornar efetivas ao seguir bons princípios e ao atingir seus fins na ação. Seria inteiramente possível que alguém concordasse com tudo o que Kant diz sobre esses assuntos e não concordasse com sua alegação de que a boa vontade é boa sem restrição.

Na verdade, quanto mais uma pessoa estiver persuadida do valor moral das virtudes, e da importância de estabelecer e alcançar os fins morais, tanto mais a pessoa poderia ser tentada a alguma coisa parecida com o holismo hegeliano, tentada, portanto, a *discordar* da alegação de que a boa vontade é “boa sem restrição” e que tem “seu valor completo em si mesma”.

A bondade irrestrita da boa vontade é, certamente, uma doutrina kantiana. Sem dúvida, Kant estava sinceramente convencido disso, e também fazia sentido para ele enfatizar [isso] na *Fundamentação*. Mas se trata de uma doutrina controversa, que Kant não tentou defender na *Fundamentação*, e que não precisou defender lá, porque nenhum de seus objetivos principais naquele trabalho se baseou nessa doutrina ou na sua defesa. Mais ainda, trata-se de uma doutrina cuja importância diminuiu (recedeu) na *Metafísica dos costumes*, onde Kant se centra menos na *volição* (na adoção de princípios práticos) do que na *aplicação* desses princípios: na ação externa, na aquisição da virtude e na promoção dos fins da moralidade. A bondade irrestrita da boa vontade é, portanto, menos importante para a ética kantiana do que com frequência se supõe.<sup>28</sup>

[Traduzido por Vera Cristina de Andrade Bueno]

---

<sup>28</sup> Esse artigo é, em parte, uma resposta [*reaction*] a algumas das ideias presentes na resenha de Robert Pippin, publicada em “Kant’s theory of value: on *Kant’s ethical thought*”, *Inquiry* 43 (2000), pp. 239-266, a respeito de meu livro *Kant’s ethical thought* (New York: Cambridge University Press, 1999). Esse artigo também se beneficiou de alguns comentários desafiadores, tanto de Pippin quanto de Tamar Schapiro, a respeito de um esboço dele (nenhum dos dois, deve-se admitir, estava, até então, inteiramente convencido de suas asserções centrais).